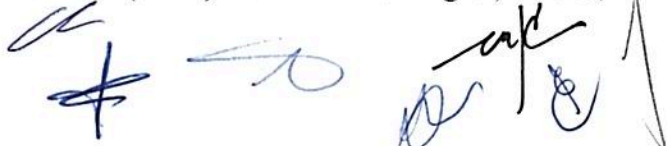
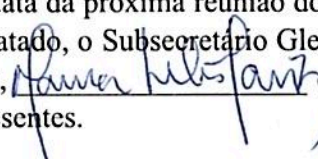


ATA DA 107ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Aos vinte e quatro de março de dois mil e vinte e um, às 14hs38min, reuniu-se o Conselho de Administração do Regime Próprio da Previdência Social, RPPS, do Município de Belo Horizonte, de forma remota, em função das limitações impostas pela epidemia Coronavírus – COVID19, conforme convocação feita pelo Presidente, com a participação dos seguintes conselheiros: André Abreu Reis, Maria Fernandes Caldas, Jomara Alves da Silva, Máira da Cunha Pinto Colares, Andréa Hermógenes Martins, Paulo Pereira Machado, Neide da Silva Resende, Paulo Henrique Santos Fonseca, Eugênio Tadeu Possa, André Christiano dos Santos, Alberto Lage Paula Carvalho Rezende e Adriana Branco Cerqueira. Também participaram o Subsecretário de Gestão Previdenciária e da Saúde do Segurado, Gleison Pereira de Souza, Rodrigo André de Almeida, responsável pela Assessoria de Investimentos e Estudos Atuariais, Camila Mariana da Cruz G. Coutinho, Diretora de Gestão de Contas Previdenciárias, as servidoras Fabrícia Aurélio Castro Costa e Maura Lelis Mariz, além do Supervisor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Fernando Ferreira Duarte, na condição de ouvinte. O subsecretário Gleison cumprimentou a todos e verificou junto aos conselheiros se havia alguma alteração a ser feita na ata da reunião anterior. Diante da negativa, a ata foi aprovada e será conduzida para assinatura quando houver reunião presencial. Em seguida, Gleison passou para o segundo item da pauta: “Aprovação das Contas – RPPS-BH/2020” transferindo a palavra para a Diretora Camila Coutinho, que retratou os itens: “Principais números e resultados de 2020 dos fundos do RPPS, referentes à Prestação de Contas feita ao Conselho Fiscal”; “Resultado da utilização dos recursos da Taxa de Administração em 2020 e a sua sobra estimada” e “Relatório Anual das Atividades do Conselho Fiscal, referente a 2020”. Inicialmente, a diretora Camila Coutinho reiterou que o material de apoio para aprovação da Prestação de Contas de 2020 foi encaminhado previamente por e-mail, contendo: Apresentação com os destaques das demonstrações contábeis do RPPS; Nota técnica com os esclarecimentos à apresentação; Demonstrações contábeis e os documentos de apoio, gerados durante os trabalhos realizados pelo Conselho Fiscal, que opinou unanimemente pela aprovação das contas de 2020 em reunião Extraordinária no dia 16 de março de 2021; e Relatório Anual de Trabalho do Conselho Fiscal de 2020. Durante a apresentação, destacou os grandes números dos resultados do exercício encerrado, a saber: no Fundo Financeiro – Fufin – os valores totais de arrecadação, de despesa empenhada e de aporte transferido pelo Tesouro Municipal, para cobertura da insuficiência financeira, R\$ 526 milhões, 1,293 bilhões e R\$ 721,9 milhões, respectivamente; R\$ 311 milhões arrecadados e R\$ 8,5 milhões de despesas empenhadas no Fundo Previdenciário – BHPrev, cujo montante contempla as despesas com a Taxa de Administração da Unidade Gestora, calculada em R\$14,5 milhões, dos quais apenas R\$6,3 milhões foram de fato transferidos do BHPrev, sendo que a diferença, de R\$8,2 milhões, aproximadamente, permaneceu como recurso integralizado do plano. Detalhou a execução da despesa administrativa empenhada no exercício encerrado, que foi de R\$ 6,1 milhões, cuja sobra estimada será de R\$ 279.928,50, após o processamento de todas as obrigações de 2020. O Subsecretário colocou em votação, então, a deliberação sobre o destino da sobra da Taxa de Administração, e a aprovação das contas do RPPS-BH do exercício encerrado. Os Conselheiros de Administração, unanimemente, aprovaram a prestação de contas do RPPS - BH referente ao ano de 2020, decidiram pela devolução ao BHPrev do saldo insubsistente da Taxa de Administração até o limite do valor que não será utilizado, seguindo a recomendação da Unidade Gestora. Após, o subsecretário Gleison passou para o terceiro item da pauta: “Relatório Mensal de Investimentos”, transferindo a palavra para Rodrigo de Almeida, que apresentou os seguintes tópicos: receitas de contribuição e financeira; saldos; alocações; desempenho dos investimentos; indicadores de mercado, comitê de investimentos e evolução do patrimônio do RPPS. Destacam-se: receitas/despesas referentes ao mês de fevereiro/21 (contribuição: R\$ 16,45 milhões; benefícios pagos: R\$ 222.227,83; receita financeira: R\$ -6,52 milhões) e patrimônio acumulado até fevereiro de 2021 de R\$ 1.302,58 milhões. As alocações tática (49,95 %) e estratégica (50,05%) renderam, no acumulado de 2021, respectivamente, -0,94% e 1,25%. O consolidado do BHPrev (alocações tática e estratégica) rendeu,



no acumulado de 2021, 0,07%, representando 3,54% da meta atuarial do ano de 2021, considerando a rentabilidade da alocação estratégica a vencimento. Em seguida, Rodrigo de Almeida expôs o quarto item da pauta: "Proposta para Alteração do Limite de Alocação em Renda Variável da Política de Investimentos 2021", informando que o Comitê de Investimentos (Coinv) sugeriu o limite de alocação em renda variável de até 30%. O conselheiro Paulo Machado ressaltou a incerteza em aprovar a referida alteração, ponderando a fragilidade do cenário econômico devido a pandemia do COVID-19. Além disso, solicitou esclarecimentos quanto a quais seriam as oportunidades de investimentos promissoras que foram apresentadas pela equipe técnica e se, com essa alteração da alocação, o fundo não ficaria mais vulnerável. Destacou ainda que, recentemente, a alíquota já tinha sido alterada para 20%, pontuando a necessidade de mais tempo para análise e debate com as entidades representativas dos trabalhadores. Após Rodrigo prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Conselheiro Paulo Machado, Gleison perguntou se os conselheiros se sentiam aptos a deliberar nesta reunião sobre a proposta. O conselheiro Paulo Henrique sugeriu o limite de até 25%, podendo esse limite ser estendido para 30%, caso necessário e após nova consulta ao Conselho. Assim, foi colocada em deliberação a proposta do limite de alocação em renda variável da Política de Investimentos 2021 de até 25%, aos Conselheiros de Administração do RPPS-BH. O conselheiro Paulo Machado foi contrário à sugestão apresentada. A conselheira Neide Resende se absteve de votar. Os demais conselheiros votaram a favor da proposta apresentada, em um total de 10 (dez) votos favoráveis. Dando continuidade à pauta da reunião, o subsecretário Gleison passou para o último item: "Informes Gerais", informando o cancelamento da reunião extraordinária, prevista para o dia 31/03/21, considerando que a pauta a ser tratada foi encerrada com a aprovação da proposta da Política de Investimentos 2021, a deliberação sobre o destino da sobra da Taxa de Administração e a aprovação das contas do RPPS-BH do exercício 2020. Comunicou, ainda, a data da próxima reunião do Conselho de Administração, que ocorrerá em 20/04/21. Nada mais a ser tratado, o Subsecretário Gleison agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião e, às 16h54min eu,  (Maura Lelis Mariz), lavrei a presente ata que deverá ser assinada pelos presentes.



André Abreu Reis



Adriana Branco Cerqueira



Alberto Lage Paula Carvalho Rezende




Jomara Alves da Silva



Maira da Cunha Pinto Colares



Maria Fernandes Caldas



Andréa Hermógenes Martins



André Christiano dos Santos



Eugênio Tadeu Possa



Paulo Pereira Machado



Paulo Henrique Santos Fonseca



Neide da Silva Resende